

ÍNDICE

PREFÁCIO	1
PARTE I – TEXTOS DE UM TEMPO	
1. DAS DESIGUALDADES: A CAMINHO DE UMA EUROPA DUAL?	9
2. ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO.	12
3. POLÍTICAS POUCO AMIGAS DA FAMÍLIA.	15
4. PERDER DE VISTA O FUTURO?	18
5. POLÍTICAS INTEGRADAS DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL.	21
6. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO: UM DESEMPREGO QUE EXCLUI.	23
7. EMPREGO E JUSTIÇA SOCIAL.	26
8. PORTUGAL NO “ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO”.	28
9. POR UM CRESCIMENTO SOCIALMENTE JUSTO.	31
10. O PAÍS REAL.	33
11. POR UMA ESTRATÉGIA DE PROGRESSO SOCIAL.	35
12. TEMPO DE TRABALHO: QUE PROGRESSO SOCIAL?	37
13. DOS TRABALHADORES POBRES.	40
14. EUROPA 2020 E EMPREGO.	42
15. OS CONSTANTES DESAFIOS DA DEMOCRACIA.	44
16. EMPREGO DIGNO E TRABALHO NÃO DECLARADO.	46
17. DO INVESTIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA.	48
18. BREXIT: ALGUMAS REFLEXÕES.	50
19. CÓDIGO DO TRABALHO: QUE EQUILÍBRIO INTERGERACIONAL?	53
20. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS – QUE JUSTIÇA SOCIAL?	56
21. DO LIVRO VERDE SOBRE AS RELAÇÕES LABORAIS 2016.	59
22. DA REFORMA PARA A FLORESTA: UMA REFLEXÃO.	62
23. UMA PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.	65
24. EMPREGO – QUE DESAFIOS?	67
25. POR UMA POLÍTICA DE CONFIANÇA.	70
26. DEMOCRACIA E BOA GOVERNAÇÃO.	72
27. DO ALARGAMENTO DO PERÍODO EXPERIMENTAL.	74
28. DO BANCO DE HORAS INDIVIDUAL.	76
29. CONTRATOS A TERMO E PRECARIIDADE.	79
30. DO RELATÓRIO DA OIT SOBRE O TRABALHO DIGNO EM PORTUGAL.	81

31. PENSAR A EMPREGABILIDADE DIGITAL EM PORTUGAL	83
32. NO CENTENÁRIO DA OIT: A IMPORTÂNCIA DA AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO.	85
33. NO CENTENÁRIO DA OIT: SEGMENTAÇÃO DO TRABALHO E PRODUTIVIDADE EM PORTUGAL.	88
34. A OIT E O TEMPO DE TRABALHO EM PORTUGAL: QUE DESAFIOS FUTUROS?	91
35. NOS 50 ANOS DA MORTE DE ANTÓNIO SÉRGIO.	
PARTE II – ECONOMIA SOCIAL – HOMENAGEM A ANTÓNIO SÉRGIO	
1. A PERTINÊNCIA E A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ANTÓNIO SÉRGIO	99
2. O PROPÓSITO DE UM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTÁVEL EM ANTÓNIO SÉRGIO	103
3. A REGULAÇÃO LEGAL DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL	110
4. A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
BIBLIOGRAFIA	127